



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

**EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA DE OBRA Nº 010/2020**  
**OBRA DE ENGENHARIA**  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

PROCESSO Nº.: **23759.032896/2020-81**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **07/12/2020**

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: **13:30** (Horário de Brasília)

DATA LIMITE PARA SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO: **30/11/2020** até as 17 horas.

LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

UASG: 155902

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH - Filial Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (**CHC/UFPR**), sediada à Rua General Carneiro, 181, Curitiba-Paraná, CEP: 80.060-900, CNPJ 15.126.437/0024-30, UG-155902, na pessoa do Chefe da Unidade de Licitações, designado pela Portaria-SEI n.º 1178, de 18 de setembro de 2019, constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado realizará LICITAÇÃO ELETRÔNICA cujo CRITÉRIO DE JULGAMENTO será o de MENOR PREÇO, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER contido nos autos deste Processo Administrativo. Este procedimento licitatório obedecerá ao disposto no:

- I. Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;
- II. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- III. Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;
- IV. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- V. Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011;
- VI. Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013;
- VII. Decreto n. 5.975 de 2006 e Portaria n. 253 de 2006 do Ministério do Meio Ambiente;
- VIII. Instrução normativa SEGES/MPDG Nº 05/2017;
- IX. Instrução normativa SLTI/MPOG N. 1, DE 19/01/2010;
- X. Decreto nº. 8.945/2016;

## **1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA **REFORMAR O 12º ANDAR, UNIDADES DE UTI CARDIOLÓGICA E NEFROLOGIA** LOCALIZADAS NO PRÉDIO CENTRAL DO COMPLEXO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, LOCALIZADO NA RUA GENERAL CARNEIRO 181, ALTO DA GLÓRIA, CURITIBA – PR, COMPREENDENDO PROJETO EXECUTIVO ELÉTRICO E DE LÓGICA, GASES MEDICINAIS, HIDROSSANITÁRIO E CLIMATIZAÇÃO, DEMOLIÇÕES, PAREDES EM DRYWALL E ACRÍLICO, PINTURA, NOVOS REVESTIMENTOS DE PISO, MOBILIÁRIOS, SUBSTITUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, GASES MEDICINAIS, ELÉTRICAS E

Rua General Carneiro, 181, Curitiba-Paraná, CEP: 80.060-900

[licitacao@hc.ufpr.br](mailto:licitacao@hc.ufpr.br) Telefone: (41)3360-1831



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

LUMINÁRIAS, FORRO E AR CONDICIONADO CENTRAL, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, ADMINISTRAÇÃO DE OBRA, E TODAS AS DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA ENTREGA FINAL DO OBJETO.

1.2. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no edital e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante do Edital e seus anexos.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 1.4. DO ESCOPO DA OBRA

1.4.1. A reforma do 12º Andar contempla as seguintes atividades:

- a. Retirada de paredes, forro de PVC, portas, esquadrias, luminárias e instalações elétricas existentes (inclusive projeto executivo);
- b. Projetos executivos;
- c. Regularização e assentamento de pisos em porcelanato e manta vinílica;
- d. Lixamento, emassamento e pintura das paredes;
- e. Execução de novas instalações elétricas: tomadas, interruptores, luminárias e quadro de distribuição;
- f. Instalação de central de ar condicionado para UTI, com exaustão e insuflamento.
- g. Fornecimento e instalação de mobiliários.
- h. Fornecimento e instalação de comunicação visual.

1.4.2. A caracterização dos serviços está discriminada no Anexo 01 do Projeto Básico– Memorial Descritivo.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Informamos que o presente processo do Hospital de Clínicas da UFPR deverá ser atendido com Recursos do Orçamento de 2020 através da Fonte de Recurso 8250264430 e demais fontes que vierem a compor o orçamento da unidade.

Elemento de Despesa:	33903916
Descrição ED	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS
Valor Total Estimado:	SIGILOSO
PTRES:	170617
Destino:	SIF
Tipo:	GLOBAL
Processo Licitatório:	23759.032896/2020-81
Modalidade:	Licitação Eletrônica
Objeto:	Reformar o 12º Andar, unidades de UTI Cardiológica e Nefrologia localizadas no Prédio Central

Quanto ao aspecto orçamentário, considerando a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

Fiscal), a presente despesa tem adequação orçamentária com a Lei Orçamentária Anual de 2020, compatibilidade com o Plano Plurianual 2020-2023, e com a Lei de Diretrizes Orçamentária de 2020, não ultrapassando os limites estabelecidos para o exercício, cumprindo fielmente os Art. 15 e 16 da referida Lei.

### 3. DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1. O modo de disputa será aberto e fechado;
- 3.2. O regime de contratação será através da **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 42 DA LEI 13.303/16**;
- 3.3. O critério de julgamento será o menor preço;
- 3.4. O custo estimado para a execução dos serviços deste edital é sigiloso, conforme o art. 6 da Lei 12.462 de 2011, e art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, facultando-se sua publicidade na fase de negociação, mediante justificativa.

### 4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados nas licitações realizadas pela Rede Ebserh, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a licitação na forma eletrônica.
- 4.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

### 5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar desta Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Cadastrados e Habilitados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do art. 6 (níveis I, II, III, IV e VI) da Instrução Normativa nº 03/2018 SEGES/MP nº 3, de 2018, situação está que será verificada mediante consulta on-line junto aquele sistema na hora da licitação.
- 5.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
  - 5.2.1. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar da presente Licitação deverão providenciar o seu cadastramento no SICAF, na forma prevista no Art. 5º da



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

Instrução Normativa nº 03/18 – SEGES/MPGD, de 26 de abril de 2018 e sua habilitação até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data do recebimento das propostas, e a revalidação dos documentos em até 1 (um) dia útil antes.

5.2.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado, ou quem o represente, através do acesso ao SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. (Art. 5º da Instrução Normativa nº 03 – MPDG/SEGES, de 26 de abril de 2018).

5.2.2.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.3. No caso de inscrição e cadastramento realizado no prazo definido acima, porém, ainda não constante no SICAF, a interessada deverá comprovar, na sessão da Licitação, o cumprimento desta exigência, sendo a licitante considerada habilitada neste quesito. Fica esclarecido que a contratação somente se efetivará no caso do cadastramento ser efetivado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG, através de publicação no Diário Oficial da União e registro no SICAF

5.2.4. No caso de atualização/revalidação cadastral realizada no prazo definido acima, porém, ainda não constante no SICAF, a licitante deverá apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

5.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4.2. Estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.4.3. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta Licitação;

5.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 19 e parágrafo único do Regulamento de Licitações e Contratos – Ebserh;

5.4.5. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.4.6. Entidades empresariais que estejam reunidos em consórcio, se responsáveis pela elaboração do Projeto Básico da licitação;

5.4.7. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto de demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.4.8. Pessoa Física ou Jurídica que tenha elaborado o Anteprojeto de engenharia ou o Projeto Básico da licitação;

5.4.9. Pessoa Jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do Anteprojeto



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

de engenharia ou do Projeto Básicoda licitação;

5.4.10. Pessoa Jurídica da qual o autor do Anteprojeto de engenharia ou do Projeto Básicoda licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

5.4.11. Empresas cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

5.4.12. Empresas suspensa pela Ebserh;

5.4.13. Empresas declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

5.4.14. Empresas constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

5.4.15. Empresas cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

5.4.16. Empresas constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

5.4.17. Empresas cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

5.4.18. Empresas que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

5.4.19. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;

5.4.20. Empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação;

5.4.21. Caso seja constatada tal situação, ainda que a posteriori, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 113 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

5.4.22. Servidor/empregado público ou ocupante de cargo em comissão do CHC/UFPR ou responsável pela licitação.

5.4.22.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;

5.4.22.2. O disposto no subitem anterior aplica-se aos membros da COMISSÃO.

5.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância d o s preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

- 5.6.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 5.6.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 5.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.6.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.6.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.6.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.6.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.6.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 5.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília/DF.
- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade.
- 6.6.1. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas nos Anexos deste





Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

Edital;

6.6.2. No caso de eventual divergência entre o preço proposto pelo licitante no sistema eletrônico e o constante dos Anexos da proposta, prevalecerá o primeiro.

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

6.10. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

6.10.1. Em nenhuma proposta, em sua descrição complementar/detalhada poderá constar de elementos/informações que possam identificar o licitante.

6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação.

6.11.1. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta, considerar-se-á o prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação, para efeito de julgamento da mesma;

6.12. O CNPJ da proponente para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento, deverá ser o mesmo utilizado na proposta para participação no processo licitatório.

6.13. Para elaboração e envio das propostas também deverão ser observadas as exigências contidas nos Anexos sob pena de desclassificação do Licitante.

6.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.15. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição da República; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste edital e seus anexos.

7.2. O Agente de licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos Anexos deste Edital.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de licitação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Durante a fase de lances, o Agente de Licitação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Licitação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.11.1. Caso o licitante ao enviar seu lance cometa qualquer tipo de erro, deverá informá-lo imediatamente por meio do endereço eletrônico: [licitacao@hc.ufpr.br](mailto:licitacao@hc.ufpr.br)

7.12. No caso de desconexão com o Agente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Licitação aos participantes.

7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Agente de Licitação, quando será emitido aos licitantes pelo sistema eletrônico, aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.15. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada





Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

pelo Decreto 8.538, de 2015.

7.16. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 10 % (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19. Só se aplica o desempate quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7.19.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas em primeiro lugar, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.19.1.1. Disputa final, em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. Caso a plataforma “comprasgovernamentais” não permita a realização desta sessão de desempate através do próprio sistema, o Presidente da Comissão de licitação, solicitará que as empresas interessadas encaminhem nova proposta para o seguinte endereço: CHC/UFPR – Unidade de Licitações, Rua General Carneiro, 181, Curitiba-Paraná, CEP: 80.060-900.

7.19.1.3. A nova proposta (fechada), não precisa obedecer aos intervalos mínimos estabelecidos no item 7.6 do edital, mas deverá, contudo, possuir no máximo 01 (uma) casa decimal após a vírgula.

7.19.1.4. As regras previstas não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.19.1.5. Caso persista o empate, será assegurada preferência, na seguinte ordem:

7.19.1.5.1. Empresas situadas no país;

7.19.1.5.2. Empresas brasileiras;

7.19.1.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.1.5.4. Empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.19.1.6. Empresas brasileiras; O sorteio será utilizado como último critério, caso não tenha sido possível desempatar a disputa com os critérios anteriores.

7.20. Após o fechamento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, o Agente de Licitação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, bem



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

assim decidir sobre sua aceitação.

7.21. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá solicitar que sejam sanados erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Para efeito de julgamento, não serão consideradas vantagens não prevista no instrumento convocatório.

7.23. O Agente de Licitação poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão publicada, quando deverá ser realizada a fase de negociação e aceitação do lance mais vantajoso.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

8.2.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.2. Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

8.2.3. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.4. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública;

8.2.4.1. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a **setenta por cento (70%)** do menor dos seguintes valores:

8.2.4.1.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento (50%) do valor do orçamento estimado para a contratação, ou

8.2.4.1.2. Valor do orçamento estimado para a contratação

8.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5. O Agente de licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido pelo Agente de Licitação poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Agente de Licitação.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se:

8.5.2.1. **Proposta de Preços** com validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, **conforme modelo do Anexo 03 do Projeto Básico (Modelo de proposta - 9250639)**, ajustada



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

ao valor arrematado na fase de lances, assinada, obrigatoriamente, pelo representante legal da licitante, com especificação clara e completa do objeto oferecido, observadas as especificações constantes nos anexos do presente edital, sem conter alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, contendo necessariamente a declaração expressa de estarem incluídos no preço cotado todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto desta licitação, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

- 8.5.2.1.1. Razão social, o CNPJ, a referência ao número do edital da licitação, dia e hora de abertura, o endereço completo, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos;
- 8.5.2.1.2. Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo: telefone e email;
- 8.5.2.1.3. Preços unitários e total cotados, ajustados ao valor arrematado na fase de lances, expressos em R\$ (reais), com aproximação de duas casas decimais;
- 8.5.2.2. Nova Planilha Orçamentária Sintética, ajustada(s) ao(s) novo(s) valor(es) unitário e total final ofertado(s) na fase de lances, elaborada usando-se duas casas decimais, sendo que o resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade deverá ser exata, bem como a soma dos itens multiplicação do preço unitário pela quantidade deverá ser exata, bem como a soma dos itens.
- 8.5.2.3. Planilha de composição de custos unitários (analítica) de todos os itens da planilha orçamentária, bem como a apresentação do cronograma físico-financeiro.
- 8.5.2.4. O referido orçamento analítico deverá ser numerado observando a mesma sequência dos itens da planilha orçamentária.
- 8.5.2.5. Na divergência entre o custo constante da planilha de composição de custos unitários e o constante da planilha de orçamento sintético, bem como cálculos errados da composição, a proposta será desclassificada, caso seja insanável.
  - 8.5.2.5.1. Caso os fatos verificados no item anterior sejam sanáveis, mas a licitante já tiver sido beneficiada com a oportunidade de escoimar os vícios apontados pela comissão, e ainda assim for constatado erros/divergências de planilhas, a sua proposta será desclassificada.
- 8.5.2.6. Detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais – ES, levando em consideração o limite máximo estabelecido no Projeto Básico.
- 8.5.3. O Agente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CHC/UFPR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele e para sua decisão.
- 8.5.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Agente de Licitação, desde que não haja majoração do preço proposto.
  - 8.5.4.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
- 8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

- 8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8. Havendo necessidade, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.9. O Agente de Licitação deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.9.1. A negociação de que trata o parágrafo primeiro deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
- 8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.9.3. Se, mesmo após a negociação com todos os licitantes classificados não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação será revogada.
- 8.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de licitação, auxiliado por sua equipe de apoio, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoas jurídicas do TCU contemplando: Inidôneos – Licitantes Inidôneos, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ), CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e suspensas e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.2. O licitante deverá apresentar a declaração de inexistência de fato impeditivo conforme o modelo.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

9.3. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

**9.3.1. Habilitação jurídica:**

- 9.3.1.1. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 9.3.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.3.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.3.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

- 9.3.1.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.3.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.3.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.3.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.3.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.3.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**9.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.3.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.3.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - 9.3.3.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
  - 9.3.3.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 9.3.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.3.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, mesmo que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) da sua proposta de preço final (após a fase de lances).
- 9.3.3.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados pelo administrador ou sociedade administrador e por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.





Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

9.4. As empresas, deverão comprovar ainda a **Qualificação Técnica** por meio de:

- 9.4.1. **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido o objeto da mesma natureza do ora licitado, no prazo e especificações contratuais.
- 9.4.2. Certificado de Registro e Quitação do Licitante e de seus Responsáveis Técnicos no CREA/CAU da região a que estiver vinculado o Licitante, dentro do prazo de validade, que comprove atividade relacionada com o objeto da presente contratação.
- 9.4.3. Comprovação de possuir em seu quadro de profissionais pelo menos 1 (um) profissional de nível superior, com formação em engenharia civil ou arquitetura, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região competente, relativo(s) à execução de obras de engenharia para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente).
- 9.4.4. A comprovação de vínculo profissional do responsável técnico far-se-á com a apresentação de: cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a Licitante como contratante; ou cópia do Contrato Social da Licitante em que conste o profissional como sócio ou do Contrato de Trabalho ou de Atestado Técnico da empresa, devidamente registrado no CREA ou no CAU da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico, ou mediante prova da existência de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum, regido pela legislação civil comum, conforme entendimentos do TCU descritos no **Acórdão** n.º 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011 e no **Acórdão** 103/2009 Plenário.
- 9.4.5. Certidão, Atestado ou Declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitida pelo CREA ou CAU da região pertinente, de que o profissional indicado como responsável técnico atuou como responsável técnico de serviços de reforma de edificações com no mínimo 600,00 m<sup>2</sup>, incluindo, no mínimo, as atividades de instalações hidráulicas, gases medicinais e instalações elétricas.
- 9.4.6. Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA ou CAU da região competente, do Responsável Técnico que acompanhará, de forma residente, a execução dos serviços de que trata o objeto da contratação. O nome do Responsável Técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos Atestados de Responsabilidade Técnica apresentados para qualificação técnica da Licitante.
- 9.4.7. **Declaração** formal emitida pela Licitante de que os equipamentos necessários para a execução da obra/serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria "in loco" pelo CHC/UFPR por ocasião da contratação e sempre que necessário.
- 9.4.8. **Declaração** formal da licitante, indicando o quantitativo de pessoal técnico qualificados, adequados e disponíveis para a realização do objeto desta licitação, inclusive indicando o nome do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços.

9.5. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 horas após solicitação do Agente de Licitação no sistema eletrônico.

9.6. Somente mediante autorização do Agente de Licitação e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio de e-mail [licitacao@hc.ufpr.br](mailto:licitacao@hc.ufpr.br).



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

- 9.7. Por se tratar de processo licitatório realizado por meio de sistema eletrônico, os atos e documentos solicitados neste instrumento convocatório, constantes de arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.
- 9.8. Todos os documentos deverão estar em nome do Licitante. Se o Licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.
- 9.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições
- 9.10. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado nomeado pela Junta Comercial, após o processo de legalização do documento junto ao Consulado correspondente.
- 9.11. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 9.12. Em relação às licitantes cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Agente de Licitação consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista conforme o disposto nos arts. 9º a 13, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3/2018.
- 9.13. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 9.14. Caso o Agente de Licitação não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Ebserh, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.16.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.19. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

9.20. Para habilitação, a licitante também deverá observar as exigências contidas no Anexo I Projeto Básico sob pena de desclassificação do licitante.

9.21. Da sessão pública de Licitação Eletrônica divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 10. DA VISTORIA TÉCNICA

10.1. A empresa deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA vistada pelo responsável da CHC/UFPR, conforme modelo do Anexo 04 – Declaração de visita técnica – (9250803) do Projeto Básico, comprovando que, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, a licitante vistoriou o local onde serão realizados os serviços, bem como de que detém todos os documentos necessários (Edital e seus anexos), e de que conhece os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos, até o último dia útil imediatamente anterior à data de abertura da licitação;

10.1.1. Recomenda-se que a vistoria seja realizada por profissionais devidamente registrados no CREA ou CAU e autorizado pelo responsável técnico indicado pela empresa como responsável pela obra, caso não seja o próprio responsável técnico quem realize a vistoria;

10.1.2. O representante, credenciado pela licitante para efetuar a vistoria deverá apresentar-se ao Setor de Infraestrutura Física/SIF-CHC/UFPR, munido da declaração de responsável técnico, ou autorização do responsável técnico, bem como de documento que comprove poderes de representação (contrato social ou procuração).

10.2. As **visitas** ao local da obra deverão ocorrer até o último dia útil da data anterior para a sessão inaugural do certame, conferindo os serviços e respectivos quantitativos para compor o seu preço, analisando todas as dificuldades para a execução dos mesmos. A realização da vistoria prévia no local será realizada através de seu responsável técnico devidamente habilitado. O licitante apresentará Declaração de que foram obtidas todas as informações julgadas necessárias para a elaboração da proposta, sendo entregue pela proponente quando da apresentação da habilitação técnica, conforme modelo do Anexo 04 (9250803) do Projeto Básico. A visita deverá ser realizada em uma única data a ser agendada pelo Setor de Infraestrutura (SIE/CHC-UFPR), em dias úteis, nos horários de 08:00h às 11:00h ou de 13:00h às 16:00h, por meio dos e-mails [washington.souza@hc.ufpr.br](mailto:washington.souza@hc.ufpr.br) ou [sie@hc.ufpr.br](mailto:sie@hc.ufpr.br);

10.2.1. A licitante deverá apresentar, quando da visita ao local, a Declaração já redigida para que o servidor possa visá-la.

10.3. Por força do Acórdão nº. 906/2012 – Plenário/TCU, caso a licitante não realize a visita técnica, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

## 11. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

11.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer cidadão poderá impugnar o ato convocatório desta licitação eletrônica.

11.2. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá encaminhar solicitação de esclarecimento sobre as condições e especificações do objeto desta licitação eletrônica.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

11.3. As impugnações e as solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico via internet em documento no formato .pdf e .docx (Word), tendo em vista que os textos serão disponibilizados no COMPRASNET exclusivamente para o endereço eletrônico do e-mail [licitacao@hc.ufpr.br](mailto:licitacao@hc.ufpr.br), no horário de 08h às 17h.

11.3.1. O recebimento das impugnações e das solicitações de esclarecimento deverá ser confirmado pelo licitante que as encaminhar. Os pedidos encaminhados após o horário estipulado (após as 17 horas) passarão a ter seu prazo computado somente a partir das 8 horas do próximo dia útil.

11.4. Caberá ao Agente de Licitação receber e responder os pedidos de esclarecimentos e as impugnações.

11.5. Caberá ao Agente de Licitação, auxiliado pela área técnica responsável, decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis, após o seu recebimento.

11.6. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (41) 3360-1831.

11.7. Qualquer modificação no edital que, inquestionavelmente, afete a formulação das propostas exigirá divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

11.8. Não será reconhecida a impugnação quando vencido o prazo de interposição.

11.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

## 12. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

12.1. A licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação/inabilitação deverá manifestar, após o término de cada sessão, no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos a ser concedido pelo Agente de Licitação, a sua intenção de recorrer, mediante motivação com registro no sistema COMPRASNET, sob pena de preclusão;

12.2. Ao término de todo o procedimento, declarado o vencedor, o Agente de Licitação abrirá o sistema eletrônico, no prazo de, no mínimo, 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.3. Será concedido ao licitante que tiver a sua manifestação de intenção aceita, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, iniciando sua contagem a partir do dia útil seguinte à data da intimação em sessão pública, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do término do prazo do licitante vencedor recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na CHC/UFPR, situado na Rua General Carneiro, 181, Curitiba-Paraná, CEP: 80.060-900, no horário de 08h00min às 17h.

12.7. O recurso administrativo contra a decisão do Agente de Licitação não terá efeito suspensivo.

12.8. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser dirigidas ao Agente de Licitação que poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

recurso àquela autoridade, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento.

12.8.1. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8.2. Julgados os recursos, a autoridade competente adjudicará o objeto licitado.

12.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

12.10. Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da - CHC/UFPR.

### **13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO OU REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

13.1. Após a adjudicação, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior, que poderá:

13.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de vícios supríveis.

13.1.2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocações de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;

13.1.3. Revogar o procedimento por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto incontornável; ou

13.1.4. Homologar o procedimento e autorizar a celebração do contrato.

13.1.4.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o disposto no item seguinte.

13.1.4.2. A nulidade da licitação induz à do contrato.

13.1.4.3. Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada quando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa a ser exercido no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.1.4.4. A revogação ou anulação aplicam-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

### **14. DO CONTRATO**

14.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação para firmar Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), podendo ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, nos termos dos §1º, do artigo 94, do Regulamento de Licitações e Contratos-Ebserh, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a esta Empresa para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Ebserh poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2. Previamente à contratação, a Ebserh realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos





Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

do processo.

14.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.3. É facultado à Ebserh, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

14.3.1. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

14.3.1.1. Na hipótese do inciso VI do art. 78, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, a contratação de remanescente de obra em consequência de rescisão contratual observará a ordem de classificação dos licitantes remanescentes e as condições por estes ofertadas, desde que não seja ultrapassado o orçamento estimado para a contratação.

14.3.2. Revogar a licitação.

14.4. O contrato poderá ser rescindido, nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, assegurada a prévia defesa (incisos do I ao VI, do art. 115, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH);
- b) Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o CHC/UFPR e para a CONTRATADA;
- c) Por determinação judicial.

14.5. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, contados a partir da ordem de Serviço. **O prazo de execução da obra será de 180 dias corridos (24 semanas)**, conforme cronograma físico-financeiro constante no Anexo 02 do presente Projeto Básico (9250585) do Projeto Básico. O objeto desta licitação será dado como **recebido provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias úteis da comunicação escrita da Contratada relativamente à conclusão dos serviços. Esse recebimento será formalizado mediante Termo de Recebimento Provisório circunstanciado, a ser assinado pela Fiscalização e pela Contratada, e **definitivamente**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a conferência, verificação e vistoria dos serviços pela fiscalização. Se confirmada a conformidade dos serviços com as especificações técnicas e os termos contratuais, a Nota Fiscal será atestada e o Termo de Recebimento Definitivo emitido, o qual será assinado pela fiscalização e pela Contratada.

14.5.1. Os prazos de execução estão vinculados, exclusivamente, ao cronograma físico-financeiro, incluído neste prazo a mobilização e desmobilização e a execução das obras e serviços propriamente ditos.

14.5.2. A contagem do prazo de vigência contratual iniciar-se-á a partir da data da sua assinatura, se vinculado, exclusivamente, ao cronograma físico-financeiro, incluído, neste prazo, a mobilização e desmobilização, a execução das obras e serviços propriamente ditos, e o recebimento desta, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por igual período, com início e vencimento em dia útil, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

14.5.2.1. Findo o prazo de vigência contratual sem que haja a entrega do objeto, o contrato será automaticamente prorrogado, desde que registrado nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão da obra e manifestação da autoridade competente, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade,





Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

observado os limites estipulados no art. 71 da Lei nº. 13.303/2016.

14.5.3. No exclusivo interesse do CHC/UFPR esta poderá emitir, tantas quantas Ordens de Serviço de Execução, ou Ordens de Paralisação, ou Ordens de Serviço de Reinício que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras, desde que devidamente justificada e nos prazos permitidos pela Lei.

14.5.4. Ocorrendo impedimento, paralisação, ou sustação deste contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, não havendo necessidade de Termo Aditivo de Ratificação, mas de simples apostilamento do novo cronograma físico-financeiro, acompanhado da respectiva justificativa emitida pelo Setor de Logística e Infraestrutura Hospitalar do CHC/UFPR e aprovada pela ordenador de despesas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Hospital de Clínicas da UFPR, integrando este contrato.

14.5.4.1. Para que seja admitida a paralisação dos serviços e/ou sustação deste contrato, o interessado deve comunicar previamente a CONTRATANTE os motivos ensejadores de tal procedimento, informado, inclusive, o prazo.

14.6. **Excepcionalmente**, os prazos de início de etapas de execução admitem prorrogação, caso em que a garantia de execução deverá ser complementada, permanecendo as demais cláusulas deste contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

14.6.1. Alteração do projeto ou especificações;

14.6.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

14.6.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de execução por ordem e no interesse da CONTRATANTE;

14.6.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, observados os limites previstos no artigo 110 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH;

14.6.5. Impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CHC/UFPR em documento contemporâneo à sua ocorrência;

14.6.6. Omissão ou atraso de providências a cargo do CHC/UFPR, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

14.6.7. Salvo em decorrência de fato imprevisível, ou na hipótese da ocorrência da teoria da imprevisão, caso em que haverá Termo Aditivo, as modificações que vierem a se adotar neste contrato serão efetivadas mediante Termo de Ratificação Contratual.

14.7. O Termo de Contrato decorrente desta licitação e seus aditamentos vigorarão em seus efeitos desde a data de sua assinatura. No entanto, sua eficácia ocorrerá a partir da publicação do seu respectivo resumo no Diário Oficial da União, que deverá ocorrer até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

14.8. A execução do Contrato será acompanhada por um representante da Contratante que anotará todas as ocorrências relacionadas a irregularidades, faltas ou defeitos observados.

## 15. DAS GARANTIAS

### 15.1. Da Garantia de Execução do Contrato:

15.1.1. A Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

assinatura do contrato, comprovante da prestação da Garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato (importância segurada), com validade durante toda a vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, numa das seguintes modalidades:

**15.1.1.1. Caução em dinheiro:**

- 15.1.1.1.1. A Caução em dinheiro deverá ser efetuada em conta de caução, obrigatoriamente da Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV), vinculada ao CHC/UFPR.
- 15.1.1.1.2. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, pro rata temporis pela fórmula estabelecida na Minuta do Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento à CONTRATANTE;

**15.1.1.2. Fiança bancária:**

- 15.1.1.2.1. Carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário localizado no Brasil, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei nº. 6.015/73, art. 129, acompanhada de:
- 15.1.1.2.2. Cópia autenticada do estatuto social do banco;
- 15.1.1.2.3. Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- 15.1.1.2.4. Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- 15.1.1.2.5. Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

**15.1.1.3. Seguro-garantia:**

- 15.1.1.3.1. Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros:
  - 15.1.1.3.1.1. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seu Anexo I.
  - 15.1.1.3.1.2. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site:  
<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>.
  - 15.1.1.3.1.3. O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.
  - 15.1.1.3.1.4. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Administração.
- 15.1.1.3.2. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
  - 15.1.1.3.2.1. Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
  - 15.1.1.3.2.2. Objeto a ser contratado, especificado neste Edital;
  - 15.1.1.3.2.3. Nome e número do CNPJ do SEGURADO (CONTRATANTE);
  - 15.1.1.3.2.4. Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
  - 15.1.1.3.2.5. Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

15.1.1.3.3. A garantia do Seguro Garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei 13.303/16 e sua extinção se comprovará pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 102, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, além das hipóteses abaixo previstas:

- I. Quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;
- II. Quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;
- III. Quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;
- IV. Quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou
- V. Quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais previstas na Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seus Anexos.

15.1.2. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar o CHC/UFPR como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

15.1.3. Após a vigência do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 30 (trinta) dias da solicitação da CONTRATADA. A garantia em forma de “Caução em dinheiro” somente será restituída após a emissão do Atestado de Aceitação Definitiva das obras. Ocorrendo rescisão motivada pela CONTRATADA, a caução não será restituída e constituirá receita do CHC/UFPR que aplicará nos serviços objeto deste edital;

15.1.4. A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução do Contrato, a cobertura por 3 (três) meses após o término de sua execução, correspondente ao prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

15.1.5. Quando houver acréscimo de objeto, a garantia deverá ser integralizada/reforçada nas mesmas condições do item 15.1.1;

15.1.6. A garantia inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos se houver).

15.1.6.1. Ocorrendo prorrogação do prazo de execução do serviço ou aumento no valor contratual decorrente de eventual acréscimo ao objeto desta licitação, formalmente admitido pela CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia contratual, no primeiro caso, ou reforçá-la, no segundo, na ocasião em que se der a assinatura do competente Termo Aditivo;

15.1.7. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo CHC/UFPR, para a compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da licitante CONTRATADA, inclusive indenização a terceiros, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data em que tiver sido notificada.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

15.1.8. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

15.1.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

15.1.10. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I do art. 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH;

15.2. Da Garantia da Obra/Serviço:

15.2.1. Os serviços executados pela contratada deverão possuir prazo de garantia mínimo de 5 (cinco) anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil.

15.2.2. Os termos da garantia contratual estão previstos no Projeto Básico, item **18. DA GARANTIA CONTRATUAL.**

## 16. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Os serviços serão executados em área destinada para tal pelo Hospital de Clínicas da UFPR – CHC/UFPR, na Rua General Carneiro, 181, Curitiba-Paraná.

## 17. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

17.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Hospital de Clínicas da UFPR – CHC/UFPR, poderá, em comum acordo com a CONTRATADA, acrescentar ou suprimir os quantitativos do objeto licitado, nas mesmas condições contratuais, nos limites estabelecidos no caput do art. 110, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

17.1.1. Os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários para a parcela “administração local”, deve obedecer ao percentual máximo para o acréscimo e/ou supressão previsto no caput do art. 110, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

17.2. Os serviços extraordinários, EXCEDENTES, serão pagos com base nos mesmos preços unitários constantes no orçamento analítico da Proposta da CONTRATADA. Na hipótese de não constarem tais preços na referida proposta (serviços EXTRAS), o valor destes serviços será regulado pela apropriação do custo da mão-de-obra, encargos, materiais e, percentual de BDI sobre o mesmo, a título de eventuais outras despesas, administração e lucro, nos limites estabelecidos pelo Acórdão nº. 2622/2013-Plenário/TCU, e devidamente deliberado pelo Setor Infraestrutura Física - CHC/UFPR;

17.2.1. Para fins de aditamento originário de serviços excedentes serão considerados os menores preços entre aqueles constantes das planilhas apresentadas pela adjudicatária e das planilhas constantes do Projeto Básico– Planilhas Orçamentárias Estimativas. Será elaborado relatório comparativo desses preços (subitens), o qual fará parte integrante do Contrato;

17.2.2. No caso de serviços extraordinários, em virtude da impossibilidade de comparação de preços, serão considerados os menores preços praticados no mercado local à época do mencionado aditamento, devendo ser observado o disposto no subitem 17.2.3.

17.3. As atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que eventualmente envolvam a obra/serviço de engenharia contratado, e que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica, ensejarão o pagamento de



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

adicional periculosidade, conforme artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

17.3.1. O pagamento do adicional de periculosidade fica condicionado à apresentação, pela contratada, de laudo pericial proveniente de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, conforme destaca a CLT, e a Norma Regulamentadora nº. 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.

17.3.2. O referido laudo deverá ser apresentado quando da execução contratual, e a sua disposição favorável à periculosidade dos serviços periciados, ensejará o pagamento de serviços extraordinários.

17.4. A fiscalização do CHC/UFPR procederá às medições e atestará o rigor e perfeição com que foram executados os serviços excedentes e/ou extraordinários, sendo os pagamentos efetuados, no máximo, em até 30 (trinta) dias após sua conclusão e sempre antes do recebimento provisório;

17.5. A concessão de aditivos fica condicionada a solicitação feita pela CONTRATADA, de forma clara e explicativa, devidamente justificada com os motivos que ensejam sua necessidade, cabendo ao Engenheiro Fiscal analisar a sua necessidade e a justificativa apresentada, em vigilância aos limites dispostos no item 17.1 do presente. Quando da solicitação, é obrigatória a apresentação de novo cronograma físico – financeiro pela CONTRATADA;

17.6. Ocorrendo prorrogação do prazo de execução do serviço ou aumento no valor contratual decorrente de eventual acréscimo ao objeto desta licitação, formalmente admitido pela CONTRATANTE e com anuência do CHC/UFPR, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia contratual, no primeiro caso, ou reforçá-la, no segundo, na ocasião em que se der a assinatura do competente Termo Aditivo;

17.7. A solicitação de aditivo contratual deverá ser encaminhada com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência do término do prazo de execução da obra.

17.8. Incumbirá à CONTRATANTE, a publicação do extrato do Contrato e aditamentos no Diário Oficial da União, nos termos da legislação vigente, ficando sob a responsabilidade da CONTRATADA o ônus com as publicações dos aditamentos em que der causa, que deverá ser objeto de desconto das faturas a que fizer jus.

17.9. O instrumento contratual e seus aditamentos serão divulgados no site do CHC/UFPR.

## 18. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

18.1. Serão realizadas medições com periodicidade mensal, conforme cronograma de obras.

18.1.1 A contratada deverá enviar à fiscalização do contrato relatório mensal com a relação dos serviços efetivamente concluídos no período de referência, a partir da qual o fiscal realizará vistoria in loco.

18.1.2 Serão utilizados os critérios de medição, conforme constante no Anexo 05 (9250828) do Projeto Básico. Os pagamentos mensais serão referentes aos serviços efetivamente medidos in loco, levando em conta os preços unitários constantes na proposta vencedora e não ficando vinculados aos quantitativos totais estimados na planilha de referência. Tendo sido aferido pelo fiscal de contrato a conclusão efetiva dos serviços medidos, bem como todas as demais condições estabelecidas no Projeto Básico, projetos e edital, será autorizada a emissão de nota fiscal, que será devidamente atestada pela fiscalização do contrato. **O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, contado do ateste da nota fiscal pelo fiscal de contrato, comprovando o atendimento ao objeto em cada fase.

18.2. O CHC/UFPR reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de aceitação, o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.





Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

18.3. Na hipótese da contratada ter pendência de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, o pagamento somente efetuar-se-á após a apresentação do comprovante de liquidação do débito.

18.4. O pagamento será feito sempre em razão do Regime de Execução adotado no edital.

18.4.1. Por tratar-se de caso de adoção do regime de **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA**, o pagamento será feito pelo sistema de prestação, por meio de medições mensais efetivamente executadas e comprovadas pela fiscalização, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, com a emissão, pela CONTRATADA, de faturas, devidamente acompanhadas da medição correspondente a partes da obra já executadas;

18.4.2. O pagamento do item “Administração Local”, conforme recomendação do Acórdão nº. 2.369/2011 – Plenário/TCU, será feito na proporção da execução financeira dos serviços em conformidade com o cronograma físico-financeiro, de forma a garantir que a obra chegue ao fim juntamente com a medição e o pagamento de 100% da parcela de administração local. Busca-se com esse critério que a contratada tome as medidas cabíveis para resguardar o ritmo programado da obra já que não será beneficiada com aditivos de valor por motivo de prorrogação de prazo em decorrência de atrasos pelos quais seja responsável.

18.4.2.1. Nos casos em que a CHC/UFPR der causa a eventualidades que ensejem na impossibilidade da CONTRATADA cumprir o cronograma físico-financeiro da obra, o pagamento do referido item será feito de forma proporcional aos elementos da composição que estiverem necessariamente mobilizados, disponíveis e em efetivo uso durante este período.

18.5. As empresas prestadoras de serviços com cessão de mão-de-obra deverão emitir Guia de Recolhimento da Previdência Social, distinta para cada faturamento efetuado, na forma e percentuais estabelecidos pelo INSS. Deverão constar na GRPS:

- a) No caso de obras, o nº do CEI (campo 10);
- b) Número, data e valor bruto da nota fiscal ou fatura à qual se vincula o recolhimento (campo 08);
- c) Nome e CNPJ da contratante, ou seja, do CHC/UFPR (campo 08).

18.6. A empresa deverá informar no documento fiscal o período de realização dos serviços.

18.7. Quando do processamento da última medição, deverá ser apresentada cópia autenticada da Certidão Negativa de Débito, da respectiva obra, expedida pelo INSS.

18.8. O pagamento referente a última medição ficará condicionada à entrega do documento comprobatório de solicitação de encerramento da matrícula CEI.

18.8.1. Enquanto pendente de entrega o documento comprobatório de encerramento da matrícula CEI, a Contratada se obriga a apresentar, em até 30 dias contados da assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, o requerimento de baixa de matrícula CEI realizado perante a Receita Federal do Brasil (RFB), assim como entregar a cada 180 dias Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva de Débito com feitos de Negativa válida, relativa à regularidade das Contribuições Previdenciárias, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

## 19. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

19.1. Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta. Na hipótese do prazo de execução da obra exceder o período de 12 (doze) meses, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse do CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo





Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, Coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

**$R = Pp \times (I - I_0)/I_0$** , onde:

**R**= valor de reajustamento procurado;

**Pp**= Valor dos preços dos serviços inicialmente contratados a serem reajustados no mês de aniversário da proposta comercial;

**I** = Valor do INCC, código A0160868 da FGV (coluna 35), do mês da conclusão dos serviços,

**I<sub>0</sub>** = Valor do INCC, código AO160868 da FGV (coluna 35), do mês da apresentação da proposta de preço.

19.1.1. O reajuste deverá ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de não o fazendo de forma tempestiva, ocorrer a preclusão do direito do contratado de requerer posteriormente o reajuste que teria direito.

**NOTAS:**

- a) Caso o valor do índice não esteja disponível na data do aniversário da proposta, utilizar-se-á a última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente no certificado de pagamento seguinte, tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- b) No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerado do faturamento.
- c) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- d) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- e) Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

## **20. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

20.1. A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade exclusiva do Setor de Infraestrutura Hospitalar do CHC/UFPR, a quem caberá verificar se o seu desenvolvimento está sendo de acordo com o Projeto Básico e, ainda com as condições dispostas na **Minuta do contrato - Anexo V deste Edital**.

20.2. O RECEBIMENTO, será realizado conforme o disposto no Projeto Básico, anexo deste Edital.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.1.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

- 21.1.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 21.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 21.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 21.1.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 21.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 21.1.8. não mantiver a proposta;
- 21.1.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.
- 21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário.
- 21.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/2013 e no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
- 21.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico, anexo ao presente edital, no item **19-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**.
- 21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 21.1. ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Ebserh, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 21.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na Ebserh.
- 21.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos 23.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Ebserh/HUF poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 111, §1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

## **22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

22.1. As obrigações da Contratante são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo ao edital.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

23.1. As obrigações da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo ao edital.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Licitação em contrário.

24.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Ebserh – CHC/UFPR.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.8. É facultado ao Agente de Licitação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.9. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.10. Para fins de aplicação de sanção administrativa presente neste Edital, o lance é considerado proposta.

24.11. A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

24.12. Fica assegurada ao CHC/UFPR, o direito de no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, o seguinte:



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

24.12.1. Adiar a data de abertura das propostas à presente licitação, dando conhecimento aos licitantes, através do sistema COMPRASNET, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada.

24.12.2. Aceitar ou rejeitar qualquer proposta, revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e/ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou provocado por terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, a qualquer tempo antes da adjudicação do Contrato.

24.13. Os atos desta licitação serão públicos e acessíveis aos interessados, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

24.14. Os autos do presente processo licitatório encontram-se disposição dos órgãos de controle interno e externo para consulta.

24.15. Os ANEXOS deste Edital constituem o rol das obrigações decorrentes da presente licitação e obrigam as partes ao inteiro teor de suas disposições independente de sua transcrição.

24.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no portal eletrônico mantido pelo CHC/UFPR (<http://www2.ebserh.gov.br/web/chc-ufpr/licitacoes-e-contratos1>). Também poderão ser lidos e/ou obtidos na Unidade de Licitações do Hospital de Clínicas da UFPR, na Rua General Carneiro, 181, Curitiba-Paraná, no horário das 8:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.17. Em atenção ao disposto no art. 44 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, será publicado resumo do edital da Licitação Eletrônica no Diário Oficial da União.

24.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I. Projeto Básico (10042801) e seus anexos:**

Anexo 01 do TR – Memorial descritivo – documento SEI 9250554

Anexo 02 do TR – Cronograma Físico-financeiro - documento SEI 10087037

Anexo 03 do TR – Modelo de proposta – documento 9250639

Anexo 04 do TR – Declaração de visita técnica - documento SEI 9250803

Anexo 05 do TR – Critérios de medição dos serviços - documento SEI 9250828

Anexo 06 do TR – Documentação trabalhista obrigatória - documento SEI 9250857

Anexo 07 do TR – Relatório de audit. contra infec. hospitalar – documento 9250933

Anexo 08 do TR – Pranchas Técnicas – documento SEI 9250965

**Anexo II.** Modelo para apresentação da proposta de preços

**Anexo III.** Modelo de Declaração

**Anexo IV.** Declaração de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh

**Anexo V.** Minuta de contrato



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

## 25. DO FORO

25.1. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal da Seção Judiciária de Curitiba/Pr.

Curitiba, 12 de novembro de 2020.

**ROSECLER NEUCI FARIAS**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

## **ANEXO I**

### **PROJETO BÁSICO**

**Conforme documento SEI 10042801**





Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

## ANEXO II

### MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TIMBRE OU LOGOMARCA DA EMPRESA

Licitação Eletrônica n.º 010/2020

Processo: 23759.032896/2020-81

Ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná

LICITANTE:					
CNPJ:		TEL./FAX:			
ENDEREÇO:				BAIRRO:	
CIDADE:				ESTADO:	CEP:
CONTATO:				E-MAIL:	
BANCO:		AGÊNCIA:		CONTA CORRENTE:	

#### DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

Conforme Anexo 03 do Projeto Básico (Modelo de proposta – documento SEI 9250639)

Valor total por extenso: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.S. nossa Proposta de Preços relativo à LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 010/2020 que trata da CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA **REFORMAR O 12º ANDAR, UNIDADES DE UTI CARDIOLÓGICA E NEFROLOGIA** LOCALIZADAS NO PRÉDIO CENTRAL DO COMPLEXO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, LOCALIZADO NA RUA GENERAL CARNEIRO 181, ALTO DA GLÓRIA, CURITIBA – PR, COMPREENDENDO PROJETO EXECUTIVO ELÉTRICO E DE LÓGICA, GASES MEDICINAIS, HIDROSSANITÁRIO E CLIMATIZAÇÃO, DEMOLIÇÕES, PAREDES EM DRYWALL E ACRÍLICO, PINTURA, NOVOS REVESTIMENTOS DE PISO, MOBILIÁRIOS, SUBSTITUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, GASES MEDICINAIS, ELÉTRICAS E LUMINÁRIAS, FORRO E AR CONDICIONADO CENTRAL, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, ADMINISTRAÇÃO DE OBRA, E TODAS AS DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA ENTREGA FINAL DO OBJETO, conforme Projeto Básico. Assumimos inteira responsabilidade por qualquer erro ou omissão que venha a ser verificada na sua preparação. O valor total é de R\$ (\_\_\_\_\_), conforme Planilha de Preços anexa. Declaramos que em nossa proposta estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, fretes, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa das obras civis e das obras complementares, bem como nosso lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CHC/UFPR.

Comprometemo-nos a executar os eventuais serviços não constantes do Edital, mas inerentes à natureza da obra contratada. Estes serviços serão pagos por orçamento elaborado pela nossa empresa, e aprovado pelo CHC/UFPR, antes da execução dos mesmos. O prazo de execução da obra será de 180 dias corridos (24 semanas), conforme cronograma físico-financeiro constante no Anexo 02 do Projeto Básico, contador a partir do dia da assinatura do contrato. Utilizaremos os equipamentos e equipes técnicas que forem necessárias para a perfeita execução da obra, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização do SIF/CHC/UFPR, para o cumprimento das obrigações assumidas. Na execução da obra, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileira ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

recomendações e instruções da fiscalização do SIF/CHC/UFPR, assumindo, desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas mencionadas nos projetos executivos

- **Validade da Proposta: Mínimo de 120 dias;**

**Prazo de execução:** A obra de reforma do 12º andar, unidades de UTI Cardiológica e Nefrologia, será executada no Prédio Central do Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, situado a rua General Carneiro, nº 181. O prazo de execução da obra será de 180 dias corridos (24 semanas), conforme cronograma físico-financeiro constante no Anexo 02 do Projeto Básico. Os serviços deverão ser executados, salvo solicitação em contrário, no horário normal de expediente do CHC-UFPR a saber, das 07h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, e, eventualmente, nos finais de semana, sempre por profissionais com os conhecimentos necessários sobre as ferramentas, equipamentos, peças, técnicas e itens envolvidos, de modo a não prejudicar o funcionamento do edifício, tampouco o bom andamento das atividades de seus ocupantes.

- **Prazo para pagamento: 30 dias corridos.**
- **Ciente e de acordo com todos os termos do Edital;**
- **Nome completo do responsável pela assinatura da ATA, cargo, RG e CPF.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Representante Legal, cargo, RG e CPF.**



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

*(deve ser anexada pela licitante junto aos demais documentos de habilitação)*

A empresa \_\_\_\_\_ (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, para fins, **DECLARA**, expressamente que:

Não se enquadra nas vedações previstas no artigo 19 e parágrafo único do Regulamento de Licitações e Contratos – Ebserh:

Não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
- b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- c) autoridade do Ministério da Educação;
- d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH

*(deve ser anexada pela licitante junto aos demais documentos de habilitação)*

Em atenção ao art. 15, parágrafo único da POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH, a fim de afastar interesses secundários, **declaro** que essa empresa não possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh. Segue abaixo quadro com relação de administradores da empresa:

Nome do Administrador	CPF

#### DADOS DA EMPRESA:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(local e data)



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares  
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná  
Divisão Administrativa e Financeira  
Setor de Administração  
Unidade de Licitação

## **ANEXO V**

### **MINUTA DE CONTRATO**

**Conforme documento SEI 10076022**